



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA CRIMINAL
12ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 204292-8
APELANTE: ALEXSANDRO WAGNER DO NASCIMENTO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROCURADORA DE JUSTIÇA: PATRÍCIA CARNEIRO TAVARES
DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
DES. REVISOR: FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

EMENTA: PENAL – PROCESSUAL PENAL – APELAÇÃO CRIMINAL –
Roubo Qualificado (artigo 157, § 2º, I e II, do CP) – Preliminar de nulidade suscitada pelo *Parquet*, ante o não atendimento de pleito seu. Inocorrência. Pedido atendido com a juntada dos antecedentes dos acusados. Preliminar rejeitada. Mérito. Condenação. Alegação de inexistência de prova suficiente para a condenação – Improcedência – Participações Satisfatoriamente comprovadas – Confissão extrajudicial corroborada pelo conjunto das provas - Palavra da vítima de valiosa importância - Condenação mantida. Apelo não provido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação crime nº 204292-8, acordam os Desembargadores componentes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar suscitada e, no mérito, em negar provimento ao recurso, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife,


Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 204292-8.
COMARCA: RECIFE (12ª Vara Criminal).
APELANTE: Alexsandro Wagner do Nascimento.
APELADO: Ministério Público Estadual
RELATOR: Des. Romero de Oliveira Andrade
REVISOR: Des. Fausto de Castro Campos
ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Criminal
PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Patrícia Carneiro Tavares

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Criminal interposta pelo sentenciado **Alexsandro Wagner do Nascimento**, insurgindo-se contra a decisão prolatada pelo Juízo de Direito da Comarca do Recife (12ª Vara Criminal), ao argumento de que agiu sob coação moral irresistível cometida por uma terceira pessoa, motivo pelo qual pugna por sua absolvição.

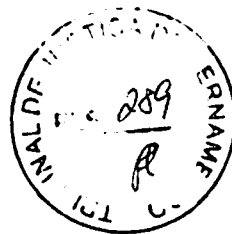
A sentença questionada julgou procedente a denúncia, para condenar o recorrente como incurso nas sanções do artigo 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal, aplicando-lhe pena corporal de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, além de reprimenda pecuniária equivalente a 40 dias-multa, na base de 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato.

A peça inaugural expõe que, no dia 18 de novembro de 2004, por volta das 14:30 horas, na esquina da Rua Januário Barbosa com a rua J.A. da Silveira, bairro da Madalena, Recife, o acusado, juntamente com Jonas Cordeiro da Silva e um terceiro não identificado, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo, subtraíram da vítima Nilson José Machado de Cerqueira o veículo gol, ano 2002, placa KKC 30113-PE, juntamente com vários objetos, aparelhos celulares e cesta básicas que se encontravam em seu interior, fugindo em seguida com o mencionado automóvel.

Utilizando o veículo subtraído, os acusados praticaram mais roubos contra uma farmácia no bairro da Madalena, além de outros estabelecimentos comerciais nos bairros de Ipsep e Boa Viagem.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



Por volta das 15:30 horas, dois dos autores, após perseguição, foram presos pela polícia no bairro do Ipsep, ainda na posse de parte dos produtos roubados.

Em suas razões de recurso, o apelante postula a absolvição, com base no artigo 386, VI, do CPP (não existir prova suficiente para a condenação) (fls. 254/259).

O Ministério Público contra-arrazoou às fls. 263/271, onde argui preliminar de nulidade do processo, em virtude de desatenção para com o requerimento formulado em audiência (fls. 123), e, com relação ao mérito, pugnou pela procedência do apelo.

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria de Justiça, na pessoa de Dra. Patrícia Carneiro Tavares, emitiu parecer (fls. 281/285), no sentido de ser rejeitada a preliminar de nulidade arguida e negado provimento ao recurso quanto ao mérito.

É o Relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 03 de Setembro de 2010.


Des. Romero de Oliveira Andrade.
Relator.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA CRIMINAL
12ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 204292-8
APELANTE: ALEXSANDRO WAGNER DO NASCIMENTO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROCURADORA DE JUSTIÇA: PATRÍCIA CARNEIRO TAVARES
DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
DES. REVISOR: FAUSTO DE CASTRO CAMPOS

VOTO

Preliminar de nulidade suscitada pelo Ministério Público oficiante perante o 1º grau

Ao contrarrazoar o apelo, o Ministério Público local suscitou preliminar de nulidade do feito, ao argumento de que um requerimento seu formulado em audiência (fls. 123) e deferido pelo Magistrado, não foi atendido até a prolação da sentença, situação que fere os princípios do contraditório e da apuração da verdade real.

Não procede a preliminar.

É que, pelo conteúdo do aludido requerimento (solicitação de informações quanto à existência de outros inquéritos ou processos contra os acusados), se percebe que não existiu a desatenção apontada, uma vez que consta dos autos a certidão de fls. 127 atestando que, conforme o sistema de informação processual Judwin, naquela data (07/03/2005), consta em nome do acusado tão somente o registro deste processo.

Ademais, foi encaminhado ofício ao IITB, Instituto de Identificação Tavares Buriel, solicitando a remessa dos antecedentes criminais de ambos os acusados, incluído o ora apelante (fls. 128), ofício atendido conforme as informações prestadas e constantes de fls. 134.

Em decorrência do exposto, rejeito a preliminar e passo ao mérito recursal.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Em suas razões de apelo, discorre o apelante que deve ser observado o princípio do *in dubio pro reo*, por não se visualizar meios de condenação do apelante, sob o argumento de que teria sido coagido a praticar o crime, como se vê a seguir:

"(...) No dia 18 de novembro de 2004, o paciente alegante estava em companhia de Jonas e de João, quando, tomado de grande surpresa, viu João sacar de uma arma e tomar um veículo gol, no bairro da Torre; que como era o único que tinha habilitação, foi intimado por João a dirigir dito veículo, tendo apenas João tomado citado veículo e que só ele estava de posse de uma arma de fogo; que, até o momento do assalto, nem ele nem Jonas sabiam que o João estava armado e nem sabia de sua intenção de roubar.

Que, obrigado por João, dirigiu o mencionado veículo tomado, e se fez presente o Jonas, também sob ameaça de João, que dizia a todo o tempo, vocês têm de vir comigo, deixe que eu, João, faço a parada e quem sair do carro morre. Temerosos por suas vidas, seguiram adiante em obediência ao citado João (...)"

Certamente, esta curiosa coação exercida pelo "João" não encontra o mínimo suporte no conteúdo dos autos, que, ao contrário, revelam a efetiva participação do ora recorrente no evento criminoso sob foco.

Senão Vejamos.

Logo por ocasião da lavratura do auto de prisão em flagrante, o corréu Jonas Cordeiro da Silva declarou que conhece o Alexsandro há seis meses, data em que vem cometendo assaltos juntamente com o mesmo, "sendo que os mais recentes foram praticados na data de ontem" na Madalena. No mesmo auto o correu Jonas dá conta de que já praticou diversos assaltos juntamente com as pessoas de Alexsandro, "Tota e "João" (fls. 12), de modo a cair por terra a alegação do apelado de que "João" o obrigara a praticar o delito investigado neste feito. O referido Jonas descreve minuciosamente como se deram os roubos perpetrados naquela ocasião também na audiência de interrogatório (fls. 93/94).

Conforme auto de reconhecimento de pessoa (fls. 38), realizado no mesmo dia do crime, Ana Regina de Souza Cerqueira, filha da vítima e que se encontrava no veículo por ocasião do assalto, apontou Alexsandro como sendo um dos autores do roubo contra seu genitor Nilson



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

José Machado de Cerqueira, tendo sido ele inclusive que, armado com um revólver, ameaçou seu pai.

Ouvida em Juízo, a vítima Nilson José Machado de Cerqueira declarou que, pelo porte físico, acredita ter sido o Alexsandro que estava de posse da arma de fogo (fls. 120).

Por sua vez, afirmou Ana Regina: "(...) Que em sala apropriada deste fórum, acredita, pelo porte físico, que o Alexsandro teria sido o elemento que estava de posse da arma de fogo (...) (fls. 121).

Em Juízo, o corréu Jonas Cordeiro da Silva atribui toda a responsabilidade pela prática dos roubos à pessoa de nome João, sendo importante destacar, para fins de raciocínio lógico, os seguintes trechos de suas declarações:

"(...) que no meio do caminho encontrara com a pessoa de nome João (...) que em meio ao caminho inesperadamente a pessoa de João sacou de uma arma e abordou três pessoas que estavam a colocar cestas básicas dentro de um gol; que nesta ocasião, pelo fato de a pessoa do Alexsandro saber dirigir, fez com que o João o obrigasse a tomar a direção do veículo, bom como por ameaçar a ambos, fez com que o acusado adentrasse forçosamente no veículo (...); que estando todos dentro do veículo, tomaram o destino para a Torre; que a pessoa de João obrigou que o Alexsandro parasse o veículo na frente de uma farmácia Pague Menos; que nesta ocasião, dissera para que ambos os acusados ficassem no veículo, levassem a chave do mesmo e dizendo que iria fazer uma "parada"; que o elemento João adentrara no estabelecimento, assaltara, retornara, deu a chave do veículo a Alexsandro e determinou que o mesmo seguisse às carreiras (...); que em uma farmácia da mesma rede, do mesmo modo que o anterior, o João desceu do veículo e assaltara a mesma (...); que apesar de não haver sido maltratado na polícia, assinou as declarações sem ler. (fls. 93/94).

Narrativa também repetida pelo apelante às fls. 95/96.

Fora de dúvida que, na aferição do conjunto probatório, o que prevalece é a idoneidade, segurança e harmonia para se tirar a conclusão em torno dos fatos.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

No caso em questão, tem-se que um simples raciocínio não nos permite aceitar que uma pessoa, para realizar diversos roubos a mão armada, obrigue duas outras a participar dos eventos, sendo uma como motorista e outra como acompanhante, permanecendo ambas no interior do veículo, testemunhando os fatos, enquanto "João", levando a arma, entrava nos estabelecimentos para praticar o assalto.

Observe-se que, mesmo tendo chance de fugir da alegada coação, pois o seu autor se distanciava do veículo levando a arma para dentro dos estabelecimentos que pretendia assaltar, os acusados permaneciam no interior do veículo esperando pelo "João".

Como vemos, cuida-se de uma versão que não se sustenta de tão ousada que é, tratando-se de um simples desmentido judicial isolado que, na ótica de nossa jurisprudência, não tem o condão de invalidar a confissão policial e a valiosa palavra da vítima.

Neste sentido:

"As confissões perante a autoridade policial, desde que em harmonia com os outros elementos probatórios, podem servir de alicerce à convicção do julgador quanto à responsabilidade criminal do confitente, não bastando a retratação pura e simples para invalidá-la" (RT 429/378).

Súmula 88 do TJPE: "Nos crimes de natureza patrimonial, a palavra da vítima, quando ajustada ao contexto probatório, há de prevalecer à negativa do acusado".

Ante o exposto, **nego provimento ao apelo.**

É como voto.

Recife,

Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Apelação Criminal nº: 0039985-86.2004.8.17.0001 (0204292-8)
Comarca: Recife
Juízo: 12ª Vara Criminal
Apelante: Alexsandro Wagner do Nascimento
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Revisor: Des. Fausto Campos
Procurador de Justiça: Patrícia Carneiro Tavares

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de recurso de Apelação interposto pelo réu Alexsandro Wagner do Nascimento, contra decisão do juízo da 12ª Vara Criminal da Comarca da Capital, que o condenou pela prática do crime descrito no art. 157, §2º, I e II, do CP, às penas de 05 (cinco) anos e 04 (meses) de reclusão e ao pagamento de 40 (quarenta) dias-multa, sendo condenado também o corréu Jonas Cordeiro da Silva.

No Apelo (fls. 254/259), pugna a defesa por sua absolvição, aduzindo que inexistem provas nos autos que arrimem a condenação.

Preliminar

Nas contrarrazões ao Apelo defensivo, suscita o *parquet*, preliminarmente, a nulidade do processo. Aduz que o requerimento feito em audiência (fls. 123) e deferido pelo magistrado naquela oportunidade, não fora atendido até a prolação da sentença, configurando, assim, afronta aos princípios do contraditório e da verdade real.

Verifico que dita preliminar não merece prosperar. Explico.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

A representante do Ministério Público requereu em audiência que fosse certificado pelo cartório, através de consulta ao sistema Judwin, a existência de outros processos e/ou inquéritos tramitando contra os acusados. Requereu ainda a expedição de ofício ao IITB, pelas mesmas razões e, nada constando, que fosse oficiada a Delegacia de Roubos e Furtos, solicitando informações quanto à existência ou não de inquéritos contra os acusados por assaltos cometidos na mesma época.

Pois bem. Inicialmente, consta às fls. 127 dos autos certidão lavrada pela chefe de secretaria, atestando que, em consulta ao sistema Judwin, o nome do réu constava apenas neste processo.

Às fls. 128, verifica-se que também fora expedido ofício ao IITB, sendo o mesmo respondido às fls. 131/134. Por fim, às fls. 191, consta resposta ao ofício expedido à Delegacia de Roubos e Furtos, informando que não foi encontrado nenhum procedimento em andamento contra os acusados.

Desse modo, tendo sido devidamente atendidos os requerimentos formulados pelo órgão Ministerial, rejeito a preliminar e passo ao mérito recursal.

Mérito

Cumpra esclarecer que, no caso dos autos, dúvidas não há quanto à autoria e a materialidade do tipo incurso no art. 157, §2º, I e II, do CPB, uma vez que as provas foram regularmente produzidas na instrução processual.

Muito embora, em juízo, o réu tenha dito que agiu sob "coação moral irresistível" cometida pela pessoa de 'João' (fl. 93), na Delegacia, confessou o assalto com riqueza de detalhes (fl. 14).

Tanto as testemunhas (fls. 122/v.), como as vítimas (fls. 120/121), de forma uníssona, confirmaram a autoria do delito de roubo, convergindo no sentido de ratificar a condenação.



313

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

As vítimas, em juízo, afirmaram que foram abordadas por três elementos, estando um deles de arma de fogo em punho e que os mesmos subtraíram o automóvel e os bens descritos na exordial. Afirmaram ainda que, pelo porte físico, acreditam ter sido Alexsandro quem estava de posse da referida arma.

As testemunhas José Fernando Domingos Ribeiro e Valter Pedro Barbosa, por sua vez, afirmaram que no momento da prisão os elementos confessaram que uma outra pessoa também havia participado do assalto e que este é que estava de posse da arma de fogo (Fls. 122).

É sabido que nos crimes de natureza patrimonial, a palavra da vítima ganha relevância, conforme precedentes desta Corte (ACr. 222.419-7; 178.538-4), principalmente quando em harmonia com as demais provas, como no caso presente, em que o acusado foi reconhecido pelas vítimas e pelas testemunhas, o que torna a autoria inquestionável.

Por todo exposto, acompanho o Eminentíssimo Relator para negar provimento ao apelo, mantendo a condenação em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 21 de maio de 2014.

Des. Fausto Campos
Revisor